SEE-AC

Professor PNS - P2 - EJA I

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos 1
Tipologia textual. 2
Ortografia oficial. 4
Acentuação gráfica 5
Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem. 7
Emprego do sinal indicativo de crase. 18
Sintaxe da oração e do período. 19
Emprego dos sinais de Pontuação 23
Concordância nominal e verbal 27
Regência nominal e verbal 29
Significação das palavras. Semântica. 32
Redação de correspondências oficiais. 33
Reescritura de frase 47
Função social da linguagem 49
Relação entre a linguagem verbal e as outras linguagens. 50
Variação linguística. 52
Mecanismos de organização textual: coesão e coerência. 53
Figuras de linguagem 55
Exercícios 60
Gabarito 79

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ACRE

História, Historiografia e Realidade Étnica e Social do Acre: A anexação do Acre ao Brasil. O processo de ocupação das terras acreanas, a ocupação indígena, a imigração nordestina e a produção da borracha e a insurreição. Organização social do Acre e expressão literária. A chegada dos “paulistas” nas terras acreanas a partir dos anos 1970 do século passado: êxodo rural, conflitos pela terra e invasões do espaço urbano. Comemorações cívicas 01
Política e Economia do Acre: Indicadores Socioeconômicos: Economia, Produto Interno Bruto,Evolução das Ocupações e do Emprego, População 06
Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e do Acre 14

Maxi educa

SUMÁRIO

Geografia do Acre: Amazônia e características gerais: O espaço acreano. Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e do Acre. Formação econômica do Acre. Processo de anexação do Acre ao Brasil: tratados e limites. O território do Acre, municípios e populações do Acre: população e localização. Nova configuração do mapa. Microrregiões. Atuais municípios. Relevo, vegetação e suas características, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico do Acre. 16
Hidrografia: Bacia Amazônica e principais rios do Acre 26
Modos de vida no campo e na cidade 27
Exercícios 28
Gabarito 35

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Pressupostos teóricos para a Educação de Jovens e Adultos em Paulo Freire: a Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia da Autonomia. 1
O perfil do educador da EJA enquanto mediador da aprendizagem 2
A Andragogia no processo de aprendizagem de adultos 4
A Educação de Jovens e Adultos: caracterização do perfil dos alunos e alunas da EJA 5
Exercícios 6
Gabarito 11

MATEMÁTICA

Espaço e Forma: localização de pessoas ou objetos no espaço, com base em diferentes pontos de referência e alguma indicação de posição, direção e sentido 1
Identificação de características do cubo e do quadrado 3
Análise de representações em malha quadriculada e fornecimento de instruções para localização e movimentação de um objeto ou pessoa no espaço usando terminologia própria. Análise de representações em malha quadriculada, usando coordenadas 4
Percepção de semelhanças e diferenças entre esferas, cilindros, cubos, cones, paralelepípedos, prisma de base triangular e pirâmide em situações que envolvam descrições orais, exploração de figuras e representações 5
Identificação de elementos como faces, vértices e arestas de poliedros como pirâmides, cubos e paralelepípedos e outros prismas, em situações que envolvam descrições orais, exploração de figuras e representações 15
Identificação de planificação de figuras tridimensionais como cubo, paralelepípedo, pirâmide 17
Identificação de triângulo, quadrados retângulos, pentágono e círculos, nas faces planas de uma figura tridimensional, reconhecendo lados e ângulos dos polígonos 18
Descrição, interpretação e representação da movimentação de uma pessoa ou objeto no espaço e construção de itinerários 28
Escrita numérica: as hipóteses infantis 29
A função social dos números 30
Construção de fatos básicos da adição, da subtração, da multiplicação e da divisão a partir de situações problema 30
Leitura e produção de escritas numéricas 47
Desenvolvimento de procedimentos de cálculo: mental, escrito, exato e aproximado 47

SUMÁRIO

Leitura e representação de tabelas e gráficos, localização e interpretação de dados neles contidos 48
Resolução de situações-problema envolvendo grandezas como: massa, comprimento, capacidade, temperatura 55
Exercícios 58
Gabarito 62

CIÊNCIAS

Ambiente: semelhanças, diferenças e elementos em comum nos diversos ambientes 1
Seres vivos (inter-relação) 1
Equilíbrio ecológico 2
Biodiversidade 4
Recursos naturais 4
Importância da preservação 6
Ser humano e saúde: fases da vida, alimentação e higiene sistema imunológico, modos de transmissão e prevenção de doenças contagiosas 7
Recursos tecnológicos: aproveitamento do solo, água e alimentos 10
Exercícios 12
Gabarito 19

HISTÓRIA E GEOGRAFIA

O educando: o autoconhecimento e o lugar que o educando ocupa em seu contexto familiar e na escola 1
O espaço imediato: participação do educando como ser social, político e histórico; a presença da cultura nos modos de ser e de fazer de seu povo 2
História e cultura Afro-Brasileira 2
Deslocamentos populacionais 3
Grupos étnicos e lutas sociais 5
Organizações políticas e administrações urbanas 6
Linguagem cartográfica: leitura de mapas 7
Modos de vida no campo e na cidade 8
Papel da tecnologia na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade 8
Apropriação e transformação da natureza 9
Preservação e cuidados com o meio: como o homem usa a natureza e constrói o seu espaço; o processo industrial e suas relações no município, no estado e no país 9
Exercícios 10
Gabarito 16

LEGISLAÇÃO

Lei Federal nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente 01
Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 67
Lei Federal nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação 95

SUMÁRIO

Resolução CNE/CP nº 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana **119**
Lei Federal nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) **135**
Resolução CNE/CEB nº 04/09 - Institui Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Especial **165**
Resolução CNE/CEB nº 04/10 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica **167**
Resolução CEE/AC nº 277/2017 - Altera no que couber a Resolução CEE/AC nº 166/2013 que estabelece normas para a Educação Especial, no tocante ao atendimento de pessoa com deficiência ou altas habilidades nas Escolas de Educação Básica do Estado do Acre **179**
Resolução CNE/CP nº 2/2017 – Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **191**
Exercícios **201**
Gabarito **205**

Língua Portuguesa

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.

"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

História e Geografia do Acre Lógico

O Estado do Acre desempenhou um papel relevante na história da região Amazônica durante a expansão da economia da borracha no fim do século XIX pelo potencial de riqueza natural dos rios acreanos e pela qualidade e produtividade dos seringais existentes em seu território. O Acre foi cenário do surgimento de organizações sociais e políticas inovadoras nas últimas décadas do século XX baseadas na defesa do valor econômico dos recursos naturais. E hoje, tendo optado por um modelo de desenvolvimento que busca conciliar o uso econômico das riquezas da floresta com a modernização de atividades que impactam o meio ambiente, reassume importância estratégica no futuro da Amazônia. O Acre vem mostrando que é possível crescer com inclusão social e proteção do meio ambiente.

O povoamento humano do Acre teve início, provavelmente, entre 20 mil e 10 mil anos atrás, quando grupos provenientes da Ásia chegaram à América do Sul após uma longa migração e ocuparam as terras baixas da Amazônia. Registros arqueológicos só recentemente estudados vem permitindo o conhecimento das origens dessas culturas imemoriais. Mas foi do conflito entre grupos indígenas e migrantes nordestinos que se originou a sociedade acreana tal como a conhecemos na atualidade.

Em meados do século XIX, quando a região amazônica começou a ser conquistada e inserida no mercado, a ocupação dos altos rios Purus e Juruá pelos povos nativos apresentava uma divisão territorial entre dois grupos linguísticos com significativas diferenças: no Purus havia o predomínio de grupos Aruan e Aruak, do mesmo tronco linguístico, no vale do Juruá havia o predomínio de grupos Pano. Cinco grupos nativos diferentes ocupavam os espaços da Amazônia Sul Ocidental.

A ocupação do território habitado por indígenas e que hoje forma o Estado do Acre teve início com o primeiro ciclo econômico da borracha, por volta da segunda metade da década de 1800. Esse ciclo, que marcou os Estados da Amazônia, em geral, está associado com a demanda industrial internacional da Europa e dos EUA, a partir de fins do século XIX. Para suprir à procura pela borracha, foi organizado um sistema de circulação de produtos e mercadorias conectando seringueiros e seringalistas que comandavam a produção na Amazônia a comerciantes do Amazonas e Pará e grupos financeiros da Europa, lançando os fundamentos da empresa extrativa da borracha.

A ocupação do Estado do Acre, diferentemente de outros Estados da Amazônia, apresenta algumas particularidades que merecem destaque, por suas consequências sociais, culturais e políticas. Grande parte dessas particularidades está associada com questões fundiárias históricas e as lutas que essas desencadearam, desde 1867, quando o governo do Império do Brasil assina o Tratado de Ayacucho, reconhecendo ser da Bolívia o antigo espaço que hoje pertence ao Estado do Acre.

A partir de 1878, a empresa seringalista alcançou a boca do rio Acre controlando a exploração em todo o médio Purus e, em 1880, ultrapassou a Linha Cunha Gomes, limite final das fronteiras legais brasileiras, expandindo-se para território boliviano. Intensa seca ocorrida na região nordestina, em 1877, disponibilizou a mão de obra necessária para o empreendimento extrativista, população que não estava conseguindo a sobrevivência em fazendas e pequenas propriedades agrícolas do Nordeste. Na sequência, em 1882, os migrantes que vieram do Nordeste brasileiro, fugindo das secas, fundaram o seringal Empresa, que mais tarde veio a ser a capital do Acre, Rio Branco.

Nessa época, o governo da Bolívia pretendia passar o controle do território do Acre para o Anglo- Bolivian Syndicate de Nova York, por meio de um contrato que concedia não só o monopólio sobre a produção e exportação da borracha, como também auferia os direitos fiscais, mantendo ainda as tarefas de polícia local. A reação dos acreanos se concretizou com a rebelião de Plácido de Castro. Também o governo brasileiro iniciou ações diplomáticas, capitaneadas pelo Barão de Rio Branco.

Conhecimentos Específicos

A educação de jovens e adultos (EJA) é um processo educativo que tem como objetivo oferecer oportunidades de aprendizagem a pessoas que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos na idade regular. Paulo Freire é um dos principais teóricos que contribuiu para a construção de uma proposta pedagógica crítica e transformadora para a EJA. Neste texto, abordaremos os pressupostos teóricos da Pedagogia do Oprimido e da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire e sua aplicação na educação de jovens e adultos.

— Pedagogia do Oprimido

A Pedagogia do Oprimido é um dos principais conceitos da obra de Paulo Freire. Nessa perspectiva, a educação é vista como um processo de libertação, que tem como objetivo transformar a realidade opressora em que vivem as pessoas. Segundo Freire, a educação não pode ser vista como uma transmissão de conhecimentos prontos e acabados, mas sim como um processo de construção coletiva, em que o educador e o educando aprendem juntos.

Nesse sentido, a Pedagogia do Oprimido tem como pressuposto que a educação deve estar a serviço da transformação social e da libertação dos oprimidos. Para isso, é necessário que os educandos sejam sujeitos ativos do processo educativo, e que os conteúdos trabalhados estejam relacionados com a realidade vivida por eles.

— Pedagogia da Autonomia

A Pedagogia da Autonomia é outra importante obra de Paulo Freire, que propõe uma educação crítica e libertadora, em que os educandos são incentivados a refletir sobre sua realidade e a construir sua própria autonomia. Nessa perspectiva, o educador deve ser um mediador entre o educando e o conhecimento, incentivando a construção do saber a partir das experiências de vida dos educandos.

Para Freire, a educação deve estar a serviço da emancipação e da autonomia dos sujeitos, e não da submissão e da dependência. Dessa forma, a Pedagogia da Autonomia busca desenvolver nos educandos a capacidade de pensar criticamente, de questionar a realidade e de transformá-la.

— Aplicação na EJA

A Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia da Autonomia são importantes pressupostos teóricos para a educação de jovens e adultos, pois valorizam a experiência de vida dos educandos e incentivam a construção de uma aprendizagem significativa e crítica.

Na EJA, é fundamental que os educandos sejam considerados sujeitos ativos do processo educativo, e que os conteúdos trabalhados estejam relacionados com sua realidade social e cultural. Além disso, é necessário que o educador seja um mediador entre o educando e o conhecimento, incentivando a reflexão crítica e a construção autônoma do saber.

— Conclusão

A Pedagogia do Oprimido e a Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire são importantes pressupostos teóricos para a educação de jovens e adultos, pois valorizam a experiência de vida dos educandos e incentivam a construção de uma aprendizagem significativa e crítica. Na EJA, é fundamental que os professores adotem uma postura dialógica e participativa, promovendo a reflexão sobre a realidade social e possibilitando a transformação da mesma. Dessa forma, é possível contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres na sociedade.

É importante ressaltar que a prática educativa em EJA deve estar em constante processo de reflexão e adaptação às necessidades e realidades dos educandos, levando em consideração a diversidade cultural, étnico-racial e de gênero, além de suas experiências e saberes prévios. Assim, a educação de jovens e adultos pode ser uma ferramenta para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde todos tenham acesso ao conhecimento e possam exercer sua cidadania plenamente.

Matemática

As primeiras investigações sobre letramento[1], com o objetivo de se construir um Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – INAF – foram realizadas pelo Instituto Paulo Montenegro, visando à construção de um indicador capaz de gerar informações mais detalhadas (e continuamente atualizadas) sobre os níveis de alfabetismo funcional da população brasileira. Com base nessa pesquisa, um grupo de estudiosos do letramento matemático elaborou um instrumento de coleta de dados buscando a avaliação das práticas cotidianas que envolvem habilidades matemáticas.

O letramento matemático refere-se à capacidade de identificar e compreender o papel da Matemática no mundo moderno, de tal forma a fazer julgamentos bem embasados e a utilizar e envolver-se com a Matemática, com o objetivo de atender às necessidades do indivíduo no cumprimento de seu papel de cidadão consciente, crítico e construtivo. O letramento matemático para o Pisa, portanto, não se limita ao conhecimento da terminologia, dos dados e dos procedimentos matemáticos, ainda que os inclua, nem tampouco se limita às destrezas para realizar certas operações e cumprir com certos métodos.

As competências matemáticas implicam na combinação desses elementos para satisfazer as necessidades da vida real dos indivíduos na sociedade.

Competências

Em cada um dos três grandes blocos em que as competências matemáticas são agrupadas, o aluno deve demonstrar, em maior ou menor grau, capacidades de: raciocínio; argumentação; comunicação; modelagem; colocação e solução de problemas; representação; uso de linguagem simbólica, formal e técnica; uso de ferramentas matemáticas.

Reprodução

Este tipo de processo compreende a reprodução de conhecimentos já praticados, a representação e o reconhecimento de equivalências, a memorização de objetos e propriedades matemáticas, o desenvolvimento de procedimentos de rotina, a aplicação de algoritmos padronizados e o desenvolvimento de algumas habilidades técnicas.

O pensamento matemático neste processo faz perguntas do tipo: “Existe(m)...?, Se é assim, quantos?, Como achamos?”. Conhecer os tipos de respostas que a matemática oferece a tais perguntas; distinguir entre vários tipos de afirmações (definições, teoremas, conjecturas, hipóteses, exemplos, afirmações condicionadas); compreender e manejar a extensão e os limites dos conceitos matemáticos básicos são tarefas que os estudantes devem ser capazes de desempenhar nesse nível de competência.

Conexão

Para resolver problemas simples são integradas informações e estabelecidas conexões entre os diferentes ramos e campos da matemática. Apesar de se supor que os problemas não são rotineiros, estes ainda requerem graus de conceituação ou de matematização relativamente baixos neste tipo de competência.

Espera-se que os estudantes lidem com diferentes métodos de representação, de acordo com a situação e o objetivo. O estabelecimento de conexões requer, também, que os estudantes sejam capazes de distinguir e relacionar diferentes definições, exemplos, afirmações condicionadas e demonstrações. Devem decodificar e interpretar a linguagem simbólica e formal, assim como entender suas relações. Os problemas desse tipo se estabelecem frequentemente dentro de um contexto e obrigam os estudantes a tomar decisões matemáticas.

Reflexão

Nas competências deste agrupamento, espera-se que o estudante saiba o que é uma demonstração matemática e em que esta difere de outros tipos de raciocínio matemático; que compreenda e avalie cadeias de diferentes tipos de raciocínio matemático; que possua um certo sentido heurístico (o que pode acontecer e por quê) e que consiga criar argumentos matemáticos.

Neste tipo de competência, espera-se que os estudantes matematizem ou conceituem situações, ou seja, reconheçam e extraiam a matemática incluída na situação e empreguem-na para desenvolver seus próprios modelos e estratégias, assim como para apresentar argumentos matemáticos que incluam demonstrações e generalizações.

1 Texto extraído do Site do INEP.

Ciências

Ambiente é um termo amplo que se refere ao espaço físico, social e natural onde um organismo ou uma comunidade de organismos vive e interage. Existem muitos tipos diferentes de ambientes, cada um com suas próprias características, semelhanças, diferenças e elementos em comum.

Um dos principais elementos em comum em todos os ambientes é a presença de seres vivos, que são os principais componentes dos ecossistemas. Esses seres vivos incluem plantas, animais e microrganismos, que interagem entre si e com o ambiente físico para sobreviver e se reproduzir.

Outro elemento comum em muitos ambientes é a presença de água, que é essencial para a vida e pode ser encontrada em rios, lagos, oceanos, chuva e outros corpos d'água. Além disso, muitos ambientes têm um clima específico, com temperaturas, umidade e precipitação variando de acordo com a localização geográfica.

No entanto, existem muitas diferenças entre os diversos ambientes. Por exemplo, alguns ambientes são terrestres, como desertos, florestas, tundras e savanas, enquanto outros são aquáticos, como oceanos, lagos e rios. Alguns ambientes são caracterizados por temperaturas extremas, como o Ártico ou o deserto do Saara, enquanto outros são temperados ou tropicais.

Além disso, diferentes ambientes podem ter diferentes níveis de biodiversidade, com algumas áreas sendo ricas em espécies de plantas e animais, enquanto outras têm menos diversidade. Outras diferenças incluem a presença ou ausência de certos recursos, como alimentos, água ou abrigo, e a presença de fatores de estresse ambiental, como poluição ou mudanças climáticas.

Apesar dessas diferenças, muitos ambientes compartilham semelhanças em sua estrutura e funcionamento. Por exemplo, todos os ecossistemas têm uma cadeia alimentar ou teia alimentar, com diferentes espécies de plantas e animais interagindo para obter alimento. Todos os ecossistemas também têm ciclos biogeoquímicos, como o ciclo do carbono e o ciclo da água, que permitem a circulação de nutrientes e energia através do sistema.

A compreensão dessas semelhanças e diferenças é fundamental para a conservação e gestão dos ecossistemas em todo o mundo.

Seres vivos (inter-relação)

Os seres vivos em um ecossistema são interdependentes e estão interligados em diversas formas de interação. A relação entre eles pode ser de competição, predatismo, simbiose, mutualismo, comensalismo, entre outras.

Na competição, os seres vivos disputam entre si recursos limitados, como alimento, espaço, água e luz solar. Essa competição é importante para a seleção natural, onde os indivíduos mais adaptados ao ambiente têm mais chances de sobrevivência e reprodução.

No predatismo, um ser vivo é o predador e o outro é a presa. O predador se alimenta da presa, regulando a população das presas e mantendo o equilíbrio do ecossistema. As presas, por sua vez, desenvolvem estratégias de defesa para evitar serem capturadas.

História e Geografia

No Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010) temos a definição de Autoconhecimento: Conhecimento de si mesmo.

"Conhecer a si mesmo é chamado de autoconhecimento. Podemos nos conhecer externamente: Nosso corpo, nossa aparência, nossos traços, a cor de nossa pele... E também, internamente, como somos, como agimos, do que gostamos, nossas preferencias... O autoconhecimento faz com que sejamos mais seguros e confiantes em nós mesmos. Quando nos conhecemos melhor, nos tornamos mais estáveis emocionalmente, porque aprendemos a controlar nossas emoções e reações. O autoconhecimento é importante também para que você goste de si mesmo. Você deve amar o seu corpo do jeito que é, pois no mundo não há ninguém igual. Você é único e isso o torna especial. Quanto mais você se autoconhecer, mais se sentirá capaz de lutar e realizar seus sonhos" (BELINKY, 2009, s/p).

O processo educativo é um caminho de descobertas e construções, onde o autoconhecimento é fundamental para que o educando possa se desenvolver e se relacionar com o mundo ao seu redor de maneira saudável e produtiva. O autoconhecimento é um processo contínuo que permite ao indivíduo reconhecer suas próprias habilidades, delimitar, valores, crenças e emoções, além de refletir sobre o seu papel na sociedade.

O lugar que o educando ocupa em seu contexto familiar e na escola é um aspecto importante do seu autoconhecimento. A família é o primeiro espaço de socialização do indivíduo, onde ele aprende valores, normas, hábitos e comportamentos. É na família que o educando constrói sua identidade e começa a compreender o seu lugar no mundo.

Na escola, o educando tem a oportunidade de ampliar seus horizontes e adquirir novos conhecimentos e habilidades. É na escola que ele estabelece relações sociais mais amplas e diversificadas, aprende a trabalhar em grupo, a competir as diferenças e exercitar sua cidadania.

O autoconhecimento e o lugar que o educando ocupa em seu contexto familiar e na escola estão intimamente relacionados, pois o indivíduo só pode compreender o seu papel na sociedade se tiver uma visão clara de si mesmo. É por meio do autoconhecimento que o educando pode identificar suas potencialidades e delimitações, traçar metas e objetivos, tomar decisões e lidar com as adversidades da vida.

Na escola, o educando deve ser estimulado a refletir sobre sua própria história de vida, suas origens familiares, seus valores e crenças, suas relações sociais e suas expectativas em relação ao futuro. Essa reflexão pode ser realizada por meio de atividades individuais e coletivas, como dinâmicas de grupo, jogos educativos, produção de textos, entre outras.

A escola também deve proporcionar um ambiente acolhedor e inclusivo, onde o educando se sinta seguro para expressar suas opiniões, ideias e emoções. É importante que os professores e demais profissionais da educação estejam atentos às particularidades de cada educando e às demandas específicas de suas famílias, respeitando suas diversidades e promovendo a igualdade de oportunidades.

Em síntese, o autoconhecimento e o lugar que o educando ocupa em seu contexto familiar e na escola são aspectos fundamentais para o seu desenvolvimento pessoal e social. A escola deve ser um espaço de reflexão, diálogo e aprendizagem, onde o educando possa construir sua identidade e compreender seu papel na sociedade.

Legislação

Lei Federal nº 8.069/90 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma lei federal (8.069 promulgada em julho de 1990), que trata sobre os direitos das crianças e adolescentes em todo o Brasil.

Trata-se de um ramo do direito especializado, dividido em partes geral e especial, onde a primeira traça, como as demais codificações existentes, os princípios norteadores do Estatuto. Já a segunda parte estrutura a política de atendimento, medidas, conselho tutelar, acesso jurisdicional e apuração de atos infracionais.

A partir do Estatuto, crianças e adolescentes brasileiros, sem distinção de raça, cor ou classe social, passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres, considerados como pessoas em desenvolvimento a quem se deve prioridade absoluta do Estado.

O objetivo estatutário é a proteção dos menores de 18 anos, proporcionando a eles um desenvolvimento físico, mental, moral e social condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade, preparando para a vida adulta em sociedade.

O ECA estabelece direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária para meninos e meninas, e também aborda questões de políticas de atendimento, medidas protetivas ou medidas socioeducativas, entre outras providências. Trata-se de direitos diretamente relacionados à Constituição da República de 1988.

Para o Estatuto, considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela compreendida entre doze e dezoito anos. Entretanto, aplica-se o estatuto, excepcionalmente, às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, em situações que serão aqui demonstradas.

Dispõe, ainda, que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por qualquer pessoa que seja, devendo ser punido qualquer ação ou omissão que atente aos seus direitos fundamentais. Ainda, no seu artigo 7º, disciplina que a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

As medidas protetivas adotadas pelo ECA são para salvaguardar a família natural ou a família substituta, sendo está ultima pela guarda, tutela ou adoção. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional, a tutela pressupõe todos os deveres da guarda e pode ser conferida a pessoa de até 21 anos incompletos, já a adoção atribui condição de filho, com mesmos direito e deveres, inclusive sucessórios.

A instituição familiar é a base da sociedade, sendo indispensável à organização social, conforme preceitua o art. 226 da CR/88. Não sendo regra, mas os adolescentes correm maior risco quando fazem parte de famílias desestruturadas ou violentas.

Cabe aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos, não constituindo motivo de escusa a falta ou a carência de recursos materiais, sob pena da perda ou a suspensão do pátrio poder.

Caso a família natural, comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, descumpra qualquer de suas obrigações, a criança ou adolescente serão colocados em família substituta mediante guarda, tutela ou adoção.

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Por tal razão que a responsabilidade dos pais é enorme no desenvolvimento familiar e dos filhos, cujo objetivo é manter ao máximo a estabilidade emocional, econômica e social.

A perda de valores sociais, ao longo do tempo, também são fatores que interferem diretamente no desenvolvimento das crianças e adolescentes, visto que não permanecem exclusivamente inseridos na entidade familiar.